

O letramento racial como fator de enfrentamento ao *bullying* nas escolas

Racial literacy as a factor in combating *bullying* in schools

Cíntia da Glória Lobo¹, Sandra Duarte Antão²

Como citar esse artigo. LOBO, C. G. ANTÃO, S. D. O letramento racial como fator de enfrentamento ao *bullying* nas escolas. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 15, n. 1, p. 292-300, jan./abr. 2024.

Resumo

As relações sociais nas escolas afetam diretamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes a partir de experiências que podem ser saudáveis e outras que se mostram como fator de risco para o desenvolvimento de problemas socioemocionais. O *bullying* se mostra como um fator de alto impacto negativo. Assim, o presente trabalho tem por objetivo dialogar acerca do fenômeno do *bullying* nas escolas, tendo a criança negra como centro de análise. Pretende-se apresentar o conceito de racismo recreativo, pois esse mostra-se como uma forma de dominação racial disfarçado de humor, gerando sofrimento nas vítimas, e como isso pode afetar diretamente o rendimento escolar, trazendo prejuízos e danos aos alunos a curto, médio e longo prazo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando as plataformas Google Acadêmico, Scielo, PEPSIC, bem como livros com autores que tratam sobre a temática do racismo. Dentre os artigos selecionados, foram escolhidos aqueles considerados como tendo maior relevância em relação ao tema. O estudo pretende, ainda, apontar caminhos para que diálogos para o enfrentamento possam ser construídos por meio do letramento racial, estimulando discussões que desenvolvam projetos que estimulem a equidade, respeito, empatia a todos, sem exceção de classe social, gênero e raça/etnia. Diante de tais pressupostos, o presente estudo evidenciou como possibilidade de intervenção as estratégias sobre a importância do letramento racial. A pesquisa demonstrou a escassez de projetos voltados para o combate à discriminação racial nas escolas, indicando o longo caminho a ser percorrido no que concerne ao desenvolvimento de estratégias práticas de intervenção.

Palavras-chave: Assédio escolar. Racismo recreativo. Educação antirracista.



Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Abstract

Social interactions in schools directly impact the development of children and adolescents through experiences that can either be healthy or pose a risk for socioemotional issues. Bullying is identified as having a significantly negative impact. This study aims to explore the phenomenon of bullying in schools, focusing particularly on Black children. It introduces the concept of 'recreational racism', which is a form of racial domination disguised as humor, causing distress to the victims and directly affecting academic performance, resulting in short-term, medium-term, and long-term harm to students. To address this, a literature review was conducted using platforms such as Google Scholar, Scielo, PEPSIC platforms, and books by authors who specialize in racism. Selected articles were those deemed most relevant to the topic. Furthermore, the study seeks to identify ways in which dialogues for tackling these issues can be developed through racial literacy, encouraging discussions that lead to projects promoting equity, respect, and empathy across all social classes, genders, and races/ethnicities. The findings highlight the potential for interventions based on the importance of racial literacy. The research also points out the lack of projects aimed at combating racial discrimination in schools, indicating a long road ahead in developing practical intervention strategies.

Keywords: School harassment. Recreational racism. Antiracist education.

Introdução

O *bullying* é considerado, atualmente, um grave problema de saúde pública, que afeta principalmente crianças e adolescentes, além de ser um fenômeno comum nas escolas, em que se caracteriza por ações repetidas, intencionais e baseadas em desequilíbrio de poder. Pode ocorrer de forma direta, abrangendo agressões físicas e verbais, ou indireta, por meio do isolamento social da vítima, gerando consequências que poderão ser observadas em curto, médio e longo prazos, e com implicações graves nas capacidades de

Afiliação dos autores:

¹Graduanda em Psicologia, Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda-RJ, Brasil.

²Mestre em Psicologia, Docente no Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda-RJ, Brasil.

Contato para correspondência: Sandra Duarte Antão - Endereço: Rua Maria Aparecida de Oliveira n. 80, Santa Rita do Zarur, Volta Redonda-RJ - E-mail: psisandra.antao@gmail.com - Telefone: (24) 99905-2179

Email de correspondência: cintiadaglorialobo@gmail.com

Recebido em: 21/12/2023. Aceito em: 12/04/2024.

socialização nas vítimas desse tipo de violência. O fenômeno produz, ainda, impacto psicológico negativo, como sentimentos de raiva, depressão, baixa autoestima e estresse, tendo o suicídio e o homicídio como possíveis desfechos (Mello *et al.*, 2016).

De acordo com um estudo realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), mais de 150 milhões de adolescentes entre 13 e 15 anos de diferentes países já tiveram alguma experiência com violência, preconceito e *bullying*. No Brasil, 14,8% dos estudantes com idades semelhantes já mencionaram faltar à aula por não se sentir protegidos dentro e fora do ambiente escolar, e outros 7,4% foram vítimas de *bullying*. Na outra ponta, 19,8% dizem já ter praticado essa violência. Assim, é possível observar a crescente disseminação de episódios recorrentes dessa forma de violência (UNICEF, 2019). Diferentes estudos têm apontado a prevalência da prática do *bullying* nos ambientes escolares, sendo que gênero, a idade, raça/etnia e o tipo de escola são variáveis motivadoras para ações agressivas (Cavalleiro, 1998; Botelho; Souza, 2007; Tognetta; Vinha; Avilés Martinez, 2014; Mello *et al.*, 2016; Zequinão *et al.*, 2016; Tognetta *et al.*, 2017; Ricci; Santos Cruz, 2021; Giuliato, 2020).

A partir de tais dados, entende-se que há a necessidade de se trazer a tona o letramento racial nas escolas. Trata-se de abordagem educacional que se concentra na compreensão crítica e na consciência das questões relacionadas à raça. Envolve o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que capacitam os indivíduos a entenderem, analisarem e discutirem questões raciais de maneira informada e reflexiva. O letramento racial propõe a inclusão de materiais e abordagens educacionais que reflitam a diversidade racial e evitar a omissão ou distorção da história e contribuições de diferentes grupos raciais (Severo, 2021).

Além disso, o presente tema apresenta relevância, pois atravessa a presente autora através de memórias, lembranças, recordações que percorrem a infância, adolescência e, por fim, chegando a fase adulta, através de vivências tristes e dolorosas, com reflexos sentidos cotidianamente. O *bullying* percorre gerações, e sempre é visto como uma “brincadeira” que não tem importância. Isso está na concepção do agressor, porque para vítima, como será apresentado neste estudo, gera sofrimento psíquico, com graves danos emocionais. Consequentemente, carrego na minha alma marcas desse *bullying* mascarado pelo racismo, que agora na contemporaneidade comecei a pesquisar e pude observar que o que eu sofri na infância e na adolescência foi o racismo recreativo, como cita o autor Adilson Moreira (2019).

Segundo Silva (2015), os perfis característicos da vítima dessas violências são alunos com algumas singulares distintas e fenotípicas e que não se enquadram dentro de um ‘padrão’ socialmente aceito, sendo eles: pessoas que estão acima ou abaixo do peso considerado ideal, com alta ou baixa estaturas, tímidos, com pouca ou nenhuma interação social. O aluno é bem reservado e muitas vezes não consegue reagir às agressões, as mesmas que podem ocorrer de forma direta ou indireta, que são: físicas, verbais, psicológica e moral. Sendo assim, a agressão psicológica e moral advém de excluir, isolar, discriminar, humilhar e ridicularizar, perseguir e difamar. No que concerne aos estereótipos dos alunos, a demarcação racial é perceptível nas vítimas, dirigindo a elas palavras ofensivas, possibilitando o indivíduo a desencadear baixa autoestima, negando o indivíduo seu lugar de ser humano, único e singular de ser, logo o indivíduo não se sente bem na escola, ou seja, não se sente pertencente aquela instituição, ele realmente não se vê como sujeito negro (Zequinão *et al.*, 2016).

Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo geral contribuir para o enfrentamento do racismo nas escolas como fator de proteção ao desenvolvimento socioemocional de crianças e adolescentes. Para alcançar este objetivo, pretende-se descrever os impactos do *bullying* sofrido por crianças e adolescentes negros nas escolas, apresentar o conceito de racismo recreativo e apontar caminhos para práticas de combate através do letramento racial.

Método

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica sobre os temas referentes ao *bullying* e racismo. Como base de pesquisa, foram usadas plataformas como Google Acadêmico, Scielo, PEPsic. As palavras-

chave utilizadas para realização da pesquisa foram as seguintes: “*bullying*”, “racismo recreativo”, “*bullying* nas escolas”, “letramento racial”. Foram ainda utilizados livros com autores que tratam sobre a temática do racismo.

Resultados e discussões

Os estudos encontrados permitiram observar uma escassez de pesquisas que descrevam os impactos do *bullying* no desenvolvimento de crianças negras, bem como uma carência de estudos que evidenciam o letramento racial como um fator de proteção a ser aplicado no ambiente escolar. A partir dos estudos selecionados para escrita do presente trabalho, foram elaboradas três categorias de análise, organizadas abaixo:

Caracterização do *Bullying* e seus impactos socioemocionais

Bullying é uma palavra de origem inglesa e não possui tradução exata para o português. Esse tipo de violência tem sido definido como um subconjunto de comportamentos agressivos, caracterizado por sua natureza intencional e constante, marcado pela assimetria de poder entre os envolvidos (Botelho; Souza, 2007). Diferentes estudos têm apontado a prevalência do *bullying* nos ambientes escolares, sendo que raça/etnia, gênero, idade, aqueles que não são considerados como um “padrão de beleza”, ou traços fenotípicos são mais vulneráveis a sofrerem ações agressivas. As ofensas proferidas podem ser de formas direta ou indireta, incluindo agressões físicas, verbais e psicológicas, podendo trazer consequências a curto médio e longo prazo, como depressão, baixa autoestima, e outros transtornos (Fante, 2005; Rosa 2014).

As consequências dessa violência podem ser as mais variadas possíveis, como: Transtorno de Ansiedade Generalizada, depressão, fobia social, dentre outros. Estas podem até interferir na aprendizagem do aluno, que pode ter o desfecho de evasão escolar, já que o mesmo não se sente pertencente nessa instituição, ou pertencente a um certo grupo (Zequinão *et al.*, 2016).

Não é só uma brincadeira: o racismo recreativo nas escolas

Conforme Moreira (2019), o racismo recreativo pode ser caracterizado como um discurso de ódio. Trata-se de um tipo de política cultural que tem por objetivo assolar a reputação das minorias raciais, sendo visto como aquela brincadeira, ou piada, que parece ser inofensiva, porém tem cunho racial, que associa características físicas, fenotípicas, ou culturais de pessoas negras ou indígenas como algo inferior ou odioso. Esse tipo de humor reforça os vieses inconscientes construídos por anos em uma sociedade que corrobora para legitimar agressão, maquiada como brincadeira.

Moreira (2019, p. 171) destaca pontos importantes como, por exemplo, “chamar uma pessoa negra de macaco significa emitir a mais perniciosa forma de ódio: é dizer que ela não pode ser vista como um ser humano”. Trata-se de uma sociedade que permite a circulação de discursos que negam a humanidade de um grupo de pessoas e que permite que eles possam ser discriminados, segregados e exterminados, porque propaga a ideia de que eles não são merecedores de respeito, consideração e aceitação, sendo que todos somos indivíduos singulares, com traços fenotípicos .

Ainda para o autor (2019 , p. 170), “o humor racista vem se constituindo no Brasil, historicamente, e com o passar dos anos vem se tornando cada vez mais cruel e sutil”. Hoje, na contemporaneidade, vem sendo reforçado ainda mais nas mídias e veículos de informação, sempre colocando a população de minoria no lugar de subalternizado e fazendo piadas, esteriotipadas em relação a cor, traços fenotípicos, hipersexualizando seus corpos, negando direitos básicos, com precarização de acesso às Políticas Públicas.

Pode-se citar exemplos clássicos de humor racista, ao longo da história, como o personagem Tião Macalé, que era considerado um homem negro feio, com a falta de alguns dentes e era comparado ao

macaco; Mussum, o alcólatra, sempre aparecia embreagado nos bares, indicava ser um malandro que não trabalhava, dentre outros, sempre inferiorizam e reforçam que o que é bonito são homens e mulheres brancas, já que o padrão eurocêntrico é tido como referência para o mundo (Moreira, 2019).

Com a mesma justificativa, o *bullying* se apresenta nos ambientes sociais como uma forma de diversão. No entanto, quando as consequências desse ato são observadas, constata-se que não se trata de uma brincadeira. No Brasil, dois em cada dez estudantes se dizem praticantes de *bullying*. São adolescentes que declaram ter zombado ou intimidado alguns dos seus colegas da escola de tal forma que ele tenha ficado magoado, aborrecido, ofendido ou humilhado (IBGE, 2016).

Embora políticas públicas tenham sido criadas para tentar frear o avanço dessa violência, falta orientação sobre como realizar esse combate. Escolas têm-se empenhado em criar programas, elaborado companhias de prevenção, incluído o tema em seu Projeto Político Pedagógico, mas pouco ainda se sabe sobre o que de fato funciona (Ricci; Santos Cruz, 2021, p.1).

Grande parte dos casos de *bullying* ainda é tratada na escola como indisciplina, incivilidade e é importante que seja direcionado um olhar para onde o problema começa. Além disso, é importante frisar que, legalmente, mesmo com o papel bem definido da instituição escolar, a família desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social do sujeito, uma vez que ela é a principal transmissora dos princípios e valores que nortearão o comportamento desse cidadão no presente e no futuro (Giuliano, 2020). Portanto, entender quem são e por que se envolvem em episódios de *bullying* é o primeiro passo para que se desenvolvam ações específicas de combate. Em paralelo, é necessário pensar na missão da escola como formadora de cidadãos éticos para o mundo. A possibilidade de nomear o *bullying* como violência e a compreensão acerca do dano causado podem ser caminhos para que diálogos sejam estabelecidos (Tognetta *et al.*, 2014).

A criação de projetos pautados no estímulo à diversidade pode ser uma estratégia efetiva, promovendo crianças e adolescentes mais habilidosos socialmente para que o respeito e a empatia sejam valores vivenciados. Segundo estudos e dados, só a metade de escolas públicas têm projetos antirracistas, como aponta a ONG Todos Pela Educação, porém ao longo dos anos teve uma queda significativa. Em 2017, o índice chegou a 43%, em 2021, representava apenas 25,5% (Ferreira, 2023).

Para que esses índices voltem a emergir, é preciso que projetos continuem sendo desenvolvidos, fazendo presença nas escolas de forma incisiva e coerente, para que os discentes e todos envolvidos nela se conscientizem das práticas antirracistas e de que a mesma tem a função de proteção e desenvolvimento emocional (Ferreira, 2023).

O letramento racial como estratégia de enfrentamento ao *bullying*

Para fim de reforçar ainda mais o combate ao *bullying*, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou e publicou, no Diário Oficial da União, no dia 12 de janeiro de 2023, a Lei n. 14.531/23, que passa a tipificar a injúria racial como crime de racismo (Brasil, 2023).

Dialogando com o presente tema, é importante citar o conceito de raça. Segundo Bell (1997), o conceito de “raça” não se refere a algo biológico, mas sim a uma ideia criada pela sociedade ao longo do tempo. Essa ideia foi usada para justificar a existência de diferenças entre as pessoas e para explicar por que a sociedade é organizada de forma a beneficiar uma pequena parte que é considerada mais poderosa.

Ainda para Bell (1997), essa conceitualização tem impacto psicológico e material na vida das pessoas, manifestado principalmente por intermédio do racismo. Daí a importância de repensar como são reproduzidos o racismo institucional e estrutural e como eles podem ser desconstruídos por meio de

mudanças nas práticas sociais.

Não obstante, fora inserida nas matrizes curriculares a Lei n. 10.639/03, que determina o ensino da cultura afro-brasileira e africana nas escolas, bem como o dia da Consciência Negra, a qual é celebrada no dia 20 de novembro dos correntes anos (Brasil, 2003). É de suma importância conscientizar e levar os discentes a uma reflexão de seus papéis na sociedade, através do conhecimento das culturas, histórias, singularidades, peculiaridades dos indivíduos afro-descendentes. Dessa forma, a escola tem esse papel fundamental, de formar indivíduos, com senso de equidade, questionando-os, fazendo críticas de formas assertivas e, assim, despertando sentimento de empatia, solidariedade e respeito como as formas que cada indivíduo tem de se colocar no mundo.

Portanto, a instituição pode contribuir com práticas antirracistas, sendo que educar relações raciais tem sido de grande relevância e urgência, não só no ambiente escolar, mas na sociedade de um modo geral, levando a todos a refletir sobre racismo e *bullying*. Paulo Freire (1989) sempre primou por incentivar práticas pedagógicas que valorizassem a cultura e o conhecimento dos educandos e a busca por justiça social, liberdade e igualdade, numa perspectiva da emancipação do pensamento. Para ele, “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente” (FREIRE, 1989, p. 13). Braúna, Souza e Sobrinha (2022) ainda trazem outro pensamento do autor, que diz que “os processos de escolarização e alfabetização são compreendidos como um ato político e como uma prática de liberdade, entendendo os/as discentes como seres sociais, que são compostos de uma bagagem cultural” (Freire, 1989 *apud* Braúna, Souza; Sobrinha, 2022, p. 4).

A importância do docente nesse processo de aprendizagem é de grande valia, pois, uma vez que o mesmo é visto no lugar de detentor do saber, cabe a ele também buscar formas para lidar com os conflitos e situações de *bullying* e racismo recreativo. É preciso sair desse lugar de silenciamento e passividade, fingindo que nada está acontecendo. É hora de descortinar os olhos para as questões raciais escolares, porque esse silenciamento acaba por vitimizar os estudantes negros (CAVALLEIRO, 1998).

A vista disso, o letramento racial se apresenta como uma das formas de práticas antirracistas. De acordo com Skerrett (2011, p. 311) pode-se definir como “uma compreensão na qual a raça influencia as experiências sociais, econômicas, políticas e também educacionais”. Contudo, entende-se que o letramento racial convoca a enxergar e compreender a raça como uma maneira de controlar âmbitos sociais, geográficos e econômicos de brancos e negros (GUINIER, 2004).

O letramento racial é uma ferramenta que ajuda a perceber como a raça opera na sociedade brasileira, ou seja, é uma prática de leitura do mundo em que é possível perceber os privilégios que a branquitude detém e mantém e as barreiras impostas às populações negras (SEVERO, 2021). Conforme Ribeiro (2018), a população é convocada a refletir sobre formas de combater o racismo. A autora questiona a lógica de uma sociedade estruturada sob a ótica do racismo, convidando a uma assimilação da cultura afro brasileira, bem como reconhecer e admitir a hegemonia da branquitude e seus privilégios.

Deve-se vislumbrar o letramento racial como ferramenta essencial para se entender por que os jovens negros são os que mais morrem no Brasil e são maioria no sistema prisional, e por que mulheres negras são as que mais morrem por feminicídio, e ainda por que um homem negro é confundido em uma operação policial, podendo ser morto. Não são casos isolados, mas fazem parte de um sistema estrutural que busca exterminar a população negra. Braúna, Souza e Sobrinha (2022) explicitam ainda que:

A luta contra o racismo deve ser um compromisso social de todos, visto que estamos em busca de uma sociedade com indivíduos com sentido de equidade e justiça para com todos sem discriminações e preconceitos. Dessa forma, o Letramento Racial se apresenta como uma possibilidade de mudança, de (re) educação do racismo presente em vários ambientes na sociedade (Braúna; Souza; Sobrinha, 2022, p. 8).

Assim, estimular o letramento racial se mostra como uma possibilidade de proteção ao desenvolvimento de crianças e adolescentes negros. Apoiar políticas educacionais decoloniais, indicando oportunidade para conhecer as intervenções antirracistas pode ser um caminho promissor. Pessoas brancas devem se responsabilizar criticamente pelo sistema de opressão que as privilegia historicamente, produzindo desigualdades, e pessoas negras podem se conscientizar de processos históricos, para não reproduzi-lo:

O escravo negro, assim como o negro atual, não participou da formação social do Brasil só com seu trabalho, com seu sofrimento, ele participou também da mesa, da cama, do pensamento e das lutas políticas do colonizador e de seus pensamentos. Para todo lado que o branco olhar, irá se deparar com o espectro daquele que ele escravizou e que corrompeu (Nascimento, 2021, p. 48).

A luta antirracista precisa ser um dever de todos, sem exceção, devendo estar presente no cotidiano. Instituições como a escola tem o responsabilidaade de trazer representatividade e identidades negras dentro de um contexto, construindo cidadãos oniscientes, críticos de uma forma ativa sendo uma via de mão dupla (RIBEIRO, 2009).

Nesse sentido, projetos que incentivem práticas antirracistas são essenciais e de suma importância pois podem contribuir para o desenvolvimento da autoestima de adolescentes negras, potencializando suas capacidades de planejamento para o futuro, uma vez que, ao falar sobre suas dores e compartilhá-las, elas podem se encontrar como mulheres pretas, lindas e inteligentes que são. Poderão desvelar novos sentidos, permitindo o empoderamento de sua identidade, não se colocando no lugar de coadjuvante, mas de protagonista de sua história.

Para ilustrar essa forma de intervenção no espaço escolar, o projeto “Afrobetizar” é um exemplo, com o objetivo de desenvolver práticas pedagógicas que estimulem a valorização e o protagonismo dos negros. A psicóloga Vanessa Andrade (2015) coordena o projeto nas comunidades do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, onde crianças negras dessas localidades desenvolvem a ideia de afrobetização.

Dessa forma, a afrobetização e o letramento de (re)existência possibilitam o aprendizado coletivo e compartilhado, através da valorização das subjetividades e vivências de cada indivíduo, tendo dentro do tema central a cultura negra, para que se possa visualizar isto como algo positivo e potencializando-os, possibilitando que todos aqueles que antes eram considerados “invisíveis” tenham voz para enfrentar o racismo e quaisquer formas de violência (ANDRADE, 2015).

O principal foco do letramento é provocar na sociedade uma discussão a respeito do racismo, demonstrando que, embora muitos não admitam que o racismo ainda está presente atualmente, um grupo hegemônico, formado por pessoas consideradas brancas, gozam de poder e privilégios, enquanto as classes consideradas minorias tem seus direitos negados e vivem à margem da sociedade. Assim, uma das propostas do letramento é que a branquitude conheça melhor a cultura afro-brasileira e tome consciência de seus privilégios perante estas maiorias, possibilitando seu engajamento na luta antirracista (BRAÚNA, SOUZA E SOBRINHA 2022). Falar sobre racismo é de total importância e urgência, para que mais projetos e formas de intervenção, em vários espaços e lugares, possam ser criados.

Considerações finais

Considerando toda a complexidade da temática do *bullying* e do racismo recreativo, são desafiadores os processos a serem enfrentados pelas crianças e adolescentes negros para a construção de seu pertencimento, seu reconhecimento e sua identidade étnica racial. Logo, tornam-se urgentes as reflexões entre as relações estabelecidas na escola, entre docentes e discentes e toda a comunidade escolar diante desse grande desafio que é *bullying*.

Trata-se de uma guerra que historicamente atravessa a população negra, deixando marcas profundas em quem convive diariamente com essa dor. Em uma sociedade estruturalmente racista, quebrar as relações de poder dos povos é algo desafiador.

É necessário um compromisso ético das instituições para que se conscientizem sobre a temática, sabendo assim que quando essa violência acontecer com um aluno, os mesmos poderão saber lidar com a situações e acolher essas crianças negras ou esses adolescentes negros.

Diante de tais pressupostos, o presente estudo evidenciou como possibilidade de intervenção as estratégias sobre a importância do letramento racial. A pesquisa evidenciou ainda a escassez de projetos voltados para o combate à discriminação racial nas escolas, indicando o longo caminho a ser percorrido no que concerne ao desenvolvimento de estratégias práticas de intervenção.

O processo de tornar-se negro é cheio de particularidades, quando se compreende de fato quem somos e a potência que temos, principalmente individualmente pois isso reverbera para o coletivo. Tem-se, assim, a possibilidade de olhar para o passado, ressignifica-lo e nos mantermos firmes para lutar contra essas violências que ceifam a vida de uma população que luta e reivindica o direito à vida. A luta antirracista não pode parar.

Referências

ANDRADE, V. **Afrobetizar a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Portal Geledés, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/afrobetizar-a-educacao-no-brasil/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BELL, L. A. Theoretical foundations for social justice education. In.: ADAMS, M.; BELL, L. A.; GRIFFIN, P. (org.). **Teaching for diversity and social justice: a sourcebook**. New York: Routledge, 1997, p. 3-15. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2007-13915-001>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BOTELHO, R. G.; SOUZA, J. M. C. *Bullying* e educação física na escola: características, casos, consequências e estratégias de intervenção. **Revista de Educação Física / Journal of Physical Education**, [S.l.], v. 76, n. 139, dez. 2007, p. 58-70. DOI: /10.37310/ref.v76i139.506. Disponível em: <https://revistadeeducacaofisica.emnuvens.com.br/revista/article/view/506>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n. 10.639/03**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.185/2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n. 14.531/2023**. Altera as Leis nºs 13.675, de 11 de junho de 2018, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14531.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRAÚNA, C. J. D.; SOUZA, D. S.; SOBRINHA, Z. M. L. A. Letramento racial crítico: ações para construção de uma educação antirracista. **Ensino em Perspectivas**, [S.l.], v. 3, n. 1, 2022, p. 1-10. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8869>. Acesso em: 14 jun. 2023.

CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 1998. 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1998.

FANTE, C. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. São Paulo: Verus, 2005.

FERREIRA, L. C. **Só metade das escolas públicas têm projetos antirracistas, aponta ONG**. Brasília: Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-07/so-metade-das-escolas-publicas-tem-projetos-antirracistas-aponta-ong>. Acesso em: 02 ago. 2023.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **A educação que protege contra a violência**. Brasília: Unicef, 2019. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/4091/file/Educacao_que_protege_contra_a_violencia.pdf. Acesso em: 02 jun. 2023.

GIULIATO, M. V. *Bullying* nas escolas e suas consequências. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S. l.], v. 8, n. 11, nov. 2020, p. 84-102. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/2020/11/bullying-nas-escolas.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2023.

GUINIER, L. From racial liberalism to racial literacy: Brown v. Board of Education and the interest-divergence dilemma. **The Journal of American History**, [S. l.], v. 91, n. 1, jun. 2004, p. 92-118. Disponível em: <https://academic.oup.com/jah/article-abstract/91/1/92/799945>. Acesso em: 10 jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015. 2016**. Brasília, DF: IBGE, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MELLO, F. C. M. *et al.* *Bullying* e fatores associados em adolescentes da região sudeste segundo a pesquisa nacional de saúde do escolar. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S. l.], v. 19, n. 4, dez. 2016, p. 866-877. DOI: 10.1590/1980-5497201600040015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-5497201600040015>. Acesso em: 13 jun. 2023.

MOREIRA, A. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OKUMURA, R.; CAFARDO, R.; RE, I. L. **Ataque em escola de SP: adolescente de 13 anos mata professora e fere outras quatro pessoas**. São Paulo: Estadão, 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/escola-sao-paulo-alunos-professores-esfaqueados-nprm/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2009.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RICCI, T. F.; SANTOS CRUZ, J. A. O desenvolvimento das competências socioemocionais em alunos da educação básica como ferramenta de combate ao “bullying” nas escolas. **Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente**, v. 32, n. 00, e021003, dez. 2021. DOI: 10.32930/nuances.v32i00.9116. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/9116>. Acesso em: 06 jul. 2023.

ROSA, D. C. **A construção da identidade racial de crianças negras na educação infantil**. 2014. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

SARAIVA, A. **IBGE: 40% dos alunos já sofreram ‘bullying’ e 24% dizem que vida não vale a pena**. Rio de Janeiro: Valor Econômico, 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/07/13/ibge-40-pontos-percentuais-dos-alunos-j-sofreram-bullying-e-24-dizem-que-vida-no-vale-a-pena.ghml>. Acesso em: 07 jun. 2023.

SEVERO, R. T. Letramento racial e técnicas de si. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 6400-6415, jul/set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/82010>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SILVA, A. B. B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. São Paulo: Globo, 2015.

SKERRETT, A. English teacher’s racial literacy knowledge and practice. **Race Ethnicity and Education**, [S. l.], v. 14, n. 3, jun. 2011, p. 313-330. DOI: 0.1080/13613324.2010.543391. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13613324.2010.543391>. Acesso em: 12 jun. 2023.

TOGNETTA, L. R. P.; P. V., Telma; AVILÉS MARTÍNEZ, J. M. *Bullying* e a negação da convivência ética: quando a violência é um valor. **International Journal of Developmental and Educational Psychology - Revista INFAD de Psicología**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 315-322, 2014. DOI: 10.17060/ijodaep.2014.n1.v7.802. Disponível em: <https://revista.infad.eu/index.php/IJODAEP/article/view/802>. Acesso em: 17 jun. 2023.

TOGNETTA, L. R. P.; *et al.* Bullying e *cyberbullying*: quando os valores morais nos faltam e a convivência se estremece. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 1880-1900, jul./set. 2017. DOI: 10.21723/riaee.v12.n.3.2017.10036. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v12.n.3.2017.10036>. Acesso em: 29 jun. 2023.

ZEQUINÃO, M. A. *et al.* Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. **Educação e Pesquisa**, [S.l.], v. 42, n. 1, p. 181-198, mar. 2016. DOI: 10.1590/s1517-9702201603138354. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1517-9702201603138354>. Acesso em: 29 jun. 2023.